

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Centro Hospitalar do Oeste é constituído pelo Hospital Termal das Caldas e pelas Unidades Hospitalares de Peniche, de Torres Vedras e Caldas da Rainha.

O Bloco de Esquerda teve conhecimento de que mais de sessenta profissionais deste hospital deveriam receber o seu salário no dia 8 de setembro, mas tal não irá acontecer uma vez que estes trabalhadores são contratados através de uma empresa de trabalho temporário (ETT) que não procedeu a este pagamento.

Assim, mais de sessenta de profissionais, entre enfermeiros, assistentes técnicos e assistentes operacionais estão hoje a trabalhar, prestando um serviço público essencial, sem ter recebido o seu devido salário. Refira-se que alguns destes trabalhadores exercem funções há anos nestas condições contratuais, alguns mesmo há mais de dez anos. Esta situação é inaceitável e carece de esclarecimento e resolução urgentes.

A precarização e subcontratação de trabalhadores no Serviço Nacional de Saúde (SNS) é um problema que o Bloco de Esquerda tem acompanhado atentamente: esta desregulação é disruptiva das relações laborais, minando o relacionamento entre trabalhadores e criando circunstâncias absolutamente inaceitáveis como seja a de, para uma mesma função, existirem trabalhadores em funções públicas, trabalhadores contratados através de ETT, trabalhadores a recibos verdes, trabalhadores com contrato individual de trabalho ou trabalhadores com contrato de emprego inserção (CEI). Todos são trabalhadores, todos exercem a mesma função, todos têm relações laborais distintas, todos têm salários distintos. E, como se comprova no caso em apreço, auferindo salários em circunstâncias bem distintas.

O Bloco de Esquerda considera que é fundamental resolver com urgência esta situação e assegurar que todos os trabalhadores recebem o seu salário no momento devido, bem como trilhar o necessário e premente caminho para por termo à precarização laboral no SNS e, no caso concreto, no CHO.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:*

1. O Governo confirma que mais de sessenta trabalhadores do Centro Hospitalar do Oeste deveriam ter recebido dia 8 de setembro o seu salário, mas tal não sucedeu?
2. Por que motivo não está a ser pago o salário destes trabalhadores? Esta situação já ocorreu anteriormente? Que medidas estão a ser desencadeadas pelo Centro Hospitalar para garantir o pagamento urgentes destes salários?
3. Que medidas estão a ser implementadas para garantir a contratação direta de trabalhadores, rejeitando os recursos a empresas de trabalho temporário?
4. Qual o valor despendido pelo Centro Hospitalar do Oeste na contratação de trabalhadores através de ETT em 2013, 2014, 2015 e nos meses, entretanto decorridos de 2016?
5. Quantos enfermeiros, assistentes administrativos, assistentes operacionais, técnicos de diagnóstico e terapêutica, técnicos superiores e médicos exercem funções no Centro Hospitalar do Oeste? Destes, quantos estão contratados através de contrato de trabalho em funções públicas? Quantos em contrato individual de trabalho? Quantos através de empresas de trabalho temporário? Quantos a recibos verdes? Quantos através de contratos de emprego inserção (CEI) ou CEI+?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 14 de Setembro de 2016

Deputado(a)s

HEITOR DE SOUSA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

MOISÉS FERREIRA(BE)